

---

# ENTREVISTA COM EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO

**E**ulália Maria Lahmeyer Lobo foi uma das primeiras pesquisadoras brasileiras a se dedicar à história da América. Professora da antiga FNFi e catedrática do IFCS, no pós-68 sofreu perseguições políticas que a afastaram das salas de aula mas não a abateram. Tem hoje vários trabalhos publicados, é professora visitante de universidades norte-americanas, adjunta da UFF e professora emérita da UFRJ. A ampliação de seus interesses levou-a nos últimos anos a realizar estudos sobre industrialização e movimento operário, sobretudo no Rio de Janeiro.

Sua carreira acadêmica e suas opiniões sobre a América Latina hoje são o assunto desta entrevista, concedida em abril de 1992 a Angela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas.

*– Você começou sua carreira profissional pesquisando e ensinando história da América. Queremos a pré-história desta escolha: suas origens familiares, sua formação.*

– Nasci e vivi no Rio de Janeiro, em Botafogo. Minha mãe era de uma família de Vassouras, mas com origens imigrantes, como todos nós: portuguesas, francesas – a família Furquin – e alemãs – a família Lahmeyer, de Bremen. Esses Lahmeyer eram comerciantes, mas um deles casou-se com minha avó, da família Teixeira Leite, do Barão de Vassouras, ganhou uma fazenda do sogro e virou fazendeiro. Minha mãe nasceu na fazenda das Palmas. Eram pessoas ligadas à terra, que vieram para a cidade com a crise do café. Meu bisavô, além do café, era ligado ao crédito agrícola. Felizmente não era negreiro! Fui procurar no *Almanaque Laemmert* para ter certeza e vi que não era.

Quanto a meu pai, era português, de São João da Madeira, uma cidadezinha pequenina, perto do Porto. Ele trabalhou numa porção de coisas, inclusive com o Eiffel, na construção da ponte D. Luiz, no Porto, como subalterno. Depois foi livreiro em Londres e Lisboa. Finalmente veio para o Brasil para trabalhar no comércio, como

era comum entre os imigrantes portugueses. Veio na ilusão de que ia ter uma posição melhor, mas foi enganado e, quando chegou, mandaram-no varrer loja. Depois foi subindo, passou a caixeiro viajante e anos depois criou e dirigiu uma empresa atacadista de tecidos. Era uma pessoa de personalidade muito forte, extremamente inteligente, com um espírito de sátira, mas com graça, não agressivo. E um autodidata incrível. Estudou tudo sozinho, não tivera antes oportunidade, pois ficou órfão aos 12 anos e desde essa época teve de trabalhar para ajudar no sustento da família. Estudou muito mesmo. Comprava coleções como a *História universal* do Oncken, que era famosa na época, *História de Portugal*, *História da colonização portuguesa*. Aprendeu também várias línguas, sempre sozinho. Para terem uma idéia da pessoa, uma ocasião ele resolveu tirar umas férias e quis aprender a nadar. Comprou um livro sobre natação, treinou os movimentos no tapete e quando chegou na praia, saiu nadando! É relativamente comum uma pessoa crescer economicamente, subir verticalmente na sociedade. Mas acho que não é comum uma pessoa adquirir cultura que ele adquiriu por conta própria, tendo tão pouco tempo livre. Era também um homem de bom gosto. Foi ele quem mandou fazer a nossa casa em Bota fogo e escolheu a arquitetura, os quadros, tudo. Não havia nada de mau gosto.

Eu tive uma sorte na vida: não comecei a estudar em colégio, mas com uma professora que dava aulas para um grupo pequeno, de cinco alunos, eu e meus primos, pois meus irmãos eram muito mais velhos. Essa professora chamava-se dona Nair Lopes e era uma pessoa extraordinária, encantadora, inteligentíssima. Tínhamos aulas de botânica no Jardim Botânico, visitávamos fábricas para ver as condições de vida dos operários, fazíamos peças de teatro, representando personagens históricas. Também imaginávamos viagens e tinha-

mos que escrever cartas contando o que víamos. Podiam ser viagens pelo Brasil, mas também no tempo, à Mesopotâmia, por exemplo.

Fiz esse primário maravilhoso, tive aulas de línguas e depois ingressei no ginásio do Colégio Jacobina. Minha mãe tinha estudado no Sion e falava francês na perfeição. O Jacobina reforçou esse lado da cultura francesa, na medida em que dona Laura Jacobina, a diretora, dava grande importância ao ensino do francês. Outra pessoa que me influenciou muito foi Américo Jacobina Lacombe, excelente professor. Dava aulas de história e, além de ser um erudito, tinha um português muito bonito, falava muito bem.

Terminado o quinto ano do ginásio, ingressei direto no curso de história e geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Era 1941, e pouco antes, em 1939, a Universidade do Distrito Federal havia sido incorporada à Universidade do Brasil, embora não mais com os mesmos propósitos do Anísio Teixeira, e havia sido criada a Faculdade Nacional de Filosofia. Nessa fase de transição os candidatos foram liberados de realizar os dois anos de curso complementar após o ginásio e puderam fazer exame direto para a universidade. Lembro que o exame vestibular foi uma coisa meio absurda. Tinham convidado para a Faculdade Nacional de Filosofia um grupo de professores franceses, que até prolongou a estada aqui, por causa da guerra. Esses professores não sabiam português, de modo que a gente teve que fazer os exames orais em francês!

Acho que escolhi estudar história, afinal, para poder entender a evolução do Brasil, compreender a formação da cultura brasileira e da América Latina em geral. Entrei para a faculdade com a idéia de que queria fazer pesquisa. Nunca pensei em ser professora, mas acabei sendo.

— Sua turma na faculdade era grande?

– Não, era mínima. No começo éramos só quatro alunos, e depois entrou a Maria Yedda Linhares, vindo dos Estados Unidos.

– *Que professores você teve na FNFi?*

– Dos franceses, fui aluna do Francis Ruellan, de geografia, excelente. Foi ele quem iniciou o trabalho de campo entre nós. Fazíamos excursões, percorremos o rio Paraíba até Campos, porque o Paraíba tinha todos os problemas que um rio pode ter: delta transumante, cotovelo de captura etc. Estudamos aquilo tudo *in loco*, com o Ruellan dando aula em francês. Havia também o Antoine Bon, de história, que nos deu Grécia maravilhosamente. Ele tinha uma capacidade grande de dar uma visão de conjunto, conjugando a arte, a cultura, com o econômico. Eu também assistia às aulas do Poirier, de literatura, mas aí porque gostava, não era obrigatório. Havia ainda o Tapié, de história moderna, que possuía uma grande elegância na apresentação, dava uma bela aula cartesiana, mas não tinha a profundidade do Antoine Bon. Era um pouco superficial.

– *E os professores brasileiros?*

– Havia o Victor Leuzinger, que depois sucedeu ao Ruellan na geografia. Ele tinha um grande conhecimento da matéria, usava uma boa bibliografia, mas era tudo teórico, não íamos à natureza. Em geografia humana tínhamos o Josué de Castro, que era muito inteligente, muito capaz, mas não preparava as aulas. Era aquela idéia de brasileiro, de que se pode improvisar tudo. Pode até certo ponto, nem todo dia a pessoa improvisa bem... Em história do Brasil tínhamos o Hélio Viana. Ele era positivista, conhecia muito Comte, era um historiador empiricista. Não o critico por isso, mas acho que mesmo no empiricismo é preciso fazer uma seleção dos fatos. E no trabalho

do Hélio Viana não são especificados os critérios. Há livros de empiricistas utilíssimos, mas os dele não têm a utilidade que poderiam ter. É uma enumeração tal que fica difícil formar um quadro. As aulas dele também eram de uma monotonia infinita.

– *Além do Hélio Viana, o que vocês liam de história do Brasil?*

– Eu lia muito: Capistrano, Varnbagen... Li muito cedo o Caio Prado, que trouxe uma ruptura com essa visão de história narrativa, empírica, e uma abertura para a história econômica, segundo outra perspectiva metodológica.

– *Naquela época Caio Prado era lido também pelos professores, ou só pelos alunos?*

– Acredito que um professor como Delgado de Carvalho certamente leu Caio Prado e muito mais. Delgado de Carvalho era uma pessoa extraordinária. Ensinava história moderna e contemporânea e era excelente professor, muito atualizado. Já seu assistente, o Manhães, repetia o Isaac Mallet, livro de curso secundário na França.

Além desses que citei, tivemos ainda Othon Leonards, de geologia, muito competente. Era o melhor geólogo da época. E depois tivemos um professor maravilhoso, que foi Artur Ramos, de antropologia. A assistente dele, Marina São Paulo Vasconcelos, mais tarde teve um papel muito importante nas lutas do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

– *Você foi aluna do Eremildo Viana?*

– Fui, claro. Tinha me esquecido e não deve ter sido por acaso. Eremildo dava Idade Média. Ele tinha escrito uma tese sobre a origem das cidades medievais, um trabalho de muita compilação, não era uma pesquisa original. Fez também um outro

trabalho focalizando uma questão mais jurídica, de luta entre cidades. Ele tinha uma visão exclusivamente jurídica da Idade Média, omitia o econômico. Era muito unilateral.

Falta falar, finalmente, do Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, que ensinava história da América. Possuía uma erudição enorme, uma biblioteca fantástica. Numa crise de raiva contra o Brasil, doou a biblioteca para o Peru. Era um homem completamente passional e panfletário, um lusófono apaixonado. Suas aulas eram interessantes, ele fornecia pistas, mas não tinha metodologia alguma. Também não tinha formação, como a maioria dos professores. E este era o grande problema do curso de história: havia uma atitude antimetodologia. Quem protestava, fazia campanha em prol da metodologia, era José Honório Rodrigues, mas de fora da universidade.

– *Você diria, portanto, que o curso de história da Universidade do Brasil era fraco?*

– Não propriamente, para os padrões da época. Mas acho que houve um desnível depois que os franceses foram embora. Alguns se foram ainda antes do final da guerra. Lembro disso porque eu mandava dos Estados Unidos pacotes de comida pela Cruz Vermelha para o Antoine Bon em Montpellier, e também para o Tapié.

Quando eles partiram, houve uma mudança de nível. A falta de metodologia, por exemplo, era total. Eu senti necessidade e fui estudar por conta própria. Quem me indicou livros de metodologia foi um alemão chamado Carlos Ott, que antes havia morado na Bahia e escreveu uma história de Salvador. Ele pesquisava no Instituto Histórico e eu ia muito estudar lá, também por minha conta. Era ele quem me aconselhava.

– *Se não havia metodologia na universidade, não devia haver incentivo à pesquisa.*

– Não havia. Embora o regimento previsse a formação de pesquisadores, o que se fazia na prática era formar apenas professores. Quem falava muito em pesquisa na época, como já disse, era José Honório, mas fora da universidade, contra a universidade. Agora, eu, assim que terminei o curso, comecei a fazer o doutorado e comecei a pesquisar. Estudei também nos Estados Unidos, em North Carolina e Columbia.

– *Você começou a dar aulas logo?*

– Um pouco depois. Eu não queria, mas achei que era o único caminho. Eremildo me convidou para ser sua auxiliar de ensino, e eu recusei. Aí me propus ao Sílvio Júlio, e ele aceitou. Todo mundo ficava espantado como durante tantos anos ele não brigou comigo. Acabou brigando, mas antes disso trabalhamos juntos muito tempo. Ele brigava com todo mundo, era uma pessoa irascível, um temperamento difícil. Eu fazia tudo para não brigar, desenvolvendo meus cursos à parte, porque tinha interesse em prosseguir na carreira.

– *Sua tese de doutorado chamava-se Administração colonial luso-espanhola nas Américas. De onde veio seu interesse em fazer uma pesquisa sobre história da América?*

– Hoje em dia, quase todos os especialistas em história antiga, medieval etc. têm a possibilidade de ir à Europa pesquisar. Mas naquela época era mais difícil viajar, não havia bolsas. E um dos elementos importantes para quem queria fazer uma pesquisa original era o acesso aos documentos. Eu não queria fazer compilação de autores nem discussão historiográfica. Acho interessante, válido, mas não queria.

Desejava trabalhar com fontes, tratando-as segundo um método. Por outro lado, eu achava que a América Latina tinha uma história nova, diferente, original. O tempo era diferente do tempo europeu, o ritmo da evolução e as alternativas eram outras. Eu também julgava que a América Latina era uma região rica de possibilidades de transformar o mundo, que ela teria um papel na formação de um mundo diferente. É claro que mais tarde o peso da América Latina nos organismos internacionais declinou incrivelmente. Com todos os votos da África, da Ásia, a possibilidade da América Latina de influir nos destinos do mundo diminuiu muito. Mas naquela época minha idéia era que a América Latina ia ter um peso enorme. Daí meu interesse.

– *Em sua tese, você comparava a história político-administrativa espanhola e portuguesa nas duas áreas coloniais. Os estudos comparativos na época eram novidade, não?*

– Eram muito raros. Quem incentivava a utilização do método comparativo era o Conselho Interamericano de Geografia. Mas era muito forte a idéia de tratar o Brasil de forma isolada. Hélio Viana, por exemplo, tratava minimamente das relações internacionais do Brasil. Havia também um certo preconceito de se achar que o Brasil era superior à América Latina, não fazia parte dela. Isso era muito marcante na época.

– *Como foi seu processo de doutoramento: a pesquisa, a relação com o orientador?*

– O regime do doutorado era o seguinte: a pessoa escolhia um orientador, que era aprovado pelo departamento, e a partir daí seguia a sua orientação quanto a leituras. Você tinha que manter um diário, registrando o que lia, o que pensava etc., e esse

diário era controlado pelo departamento no fim do ano. Meu orientador foi o Sílvio Júlio, mesmo porque não havia outra escolha. E foi uma loucura total. Qualquer assunto de que eu falasse, ele entrava pela preocupação fundamental dele, que era falar mal dos portugueses. Não era uma coisa elaborada, era passional. Ele defendia o mundo hispânico, Bolívar era o herói máximo! Era aquela história de heróis, de paradigmas, história exemplar. Mas Sílvio Júlio foi muito útil, porque tinha informações sobre fontes e ele próprio possuía muitas delas. A conversa com ele é que não tinha muita utilidade.

Para o tipo de trabalho que eu estava fazendo, havia muita documentação impressa aqui mesmo no Rio: a legislação das Índias, o Real Cedulário, o Código Felipino, as atas das Câmaras.

Usei isso tudo e também fui a Sevilha, tendo pequena ajuda do Itamarati e do Instituto de Cultura Hispânica, pesquisar no Archivo General de Indias. Pesquisei também no Archivo General de Madrid.

– *Além do orientador, você conversava com alguém sobre seu trabalho?*

– Eu ficava isolada ao extremo. Uma das pessoas com quem eu conversava era o Carlos Ott. Quem me ajudou muito também foi Jayme Cortesão. Aliás, foi uma luta para evitar um conflito com Sílvio Júlio, que o tratava como inimigo ligadoal, pois Jayme Cortesão exaltava os portugueses ao máximo da lusofilia. Ele era uma pessoa maravilhosa, finíssima de trato. Morava numa casa linda na Tijuca e me convidou para estudar no seu escritório quantas vezes quisesse. Botou lá uma escrivaninha para mim, antiga, de jacarandá. Tinha coleções de legislação portuguesa antiga, cartas, diários de navegação. Foi muito importante.

– *Você publicou sua tese?*

– Publiquei. Eu mesma financeiei e botei à venda. Vendi toda a edição e ainda ganhei dinheiro! Depois o livro foi reeditado pela Biblioteca do Exército. O que é uma curiosidade, porque mais tarde o Exército me prendeu. Mas na ocasião eles ficaram interessados, porque tinham um curso de administração e queriam adotar meu trabalho como livro-texto.

– *Depois da pesquisa para o doutorado, você continuou estudando América Latina?*

– Sim. Fiz um trabalho chamado *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis*, minha tese para a docência livre. Pesquisei aqui mesmo, porque depois da Guerra do Paraguai o Brasil ficou com uma boa parte dos arquivos paraguaios. Usei basicamente a Coleção de Angelis, que estava parte na Biblioteca Nacional e parte no Itamarati. A idéia de estudar essa estrada deveu-se ao fato de ela estar ligada de todas as formas à história do Paraguai, da Bolívia e do Brasil, e até mesmo dos Estados Unidos, que também queriam interferir na política daquela região da bacia do Paraguai. O caminho de Chiquitos era uma tentativa de romper o bloqueio e abastecer o Paraguai via Bolívia e Peru. Havia ali sérios conflitos de interesses. A documentação sobre essa estrada revela aspectos novos desses conflitos e da Guerra do Paraguai.

Fiz ainda outra pesquisa sobre os Consulados, que eram os órgãos representativos dos comerciantes. Chamava-se *Aspectos da atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na evolução econômica do século XVIII*. Foi minha tese para o concurso de cátedra. A idéia foi estudar a expansão dos comerciantes espanhóis e o surgimento dos comerciantes locais. A organização comercial antes era restrita aos Consulados de Sevilha e Cádiz, depois México e Lima. Mas no século XVIII houve uma abertura,

começaram os Consulados nos portos secundários, que influíram no fortalecimento dos comerciantes locais. Esse foi um momento importante de transformação, uma etapa da independência, na medida em que a burguesia local adquiriu poder econômico e político. Naquele sistema absolutista, os Consulados foram uma brecha, assim como as Câmaras, no nível administrativo.

– *Você tinha algum tipo de auxílio financeiro para fazer suas pesquisas?*

– Consegui um auxílio da CAPES. Foi a primeira bolsa de pesquisa em história que eles deram, para trabalhar aqui mesmo. E foi uma luta para convencer o Almir de Castro. Fiquei horas conversando, porque ele achava que esse tipo de estudo não devia ser apoiado, que o Brasil tinha outras prioridades.

– *Quem mais trabalhava com América Latina aqui no Rio de Janeiro?*

– Muito pouca gente. Havia o Jayme Coelho, professor da UERJ, que naquele tempo tinha outro nome. Ele foi da minha banca de doutorado, junto com Sílvio Júlio e Eremildo Viana. E havia ainda o Traverso. Em São Paulo tinha a Alice Canabrava, que era a grande figura da história da América Latina naquela época. Nós nos encontramos de vez em quando naqueles colóquios luso-brasileiros e conversávamos muito sobre América Latina, embora esse não fosse um tema de interesse geral. O trabalho dela era formidável.

Um outro lugar que foi muito importante para o estudo da América Latina foi um curso feito pela CEPAL no início dos anos 60. Foi muito interessante, havia muita possibilidade de debate. Foi aí que conheci Carlos Lessa, o economista. Era preciso fazer um exame para entrar no curso, e para mim foi difícil, porque eu conhecia matemática muito mal. Todos eram econo-

mistas, menos eu. Acho que a influência desse curso se reflete no meu livro *América Latina contemporânea: modernização, desenvolvimento, dependência*, que comecei a escrever na prisão.

– *E sua experiência como professora, como foi? O que você ensinava?*

– Dada a propensão à briga do professor Sílvio Júlio, no começo do ano eu perguntava o que ele ia fazer e ficava com a outra parte, de maneira a não dar aulas entrosadas com as dele. Ele não seguia um programa, desviava do assunto, de modo que trabalhar entrosado era quase impossível. Fazíamos então dois cursos paralelos. Como ele não estava muito interessado no assunto, durante muito tempo eu ensinei pré-história das Américas. Não era a minha preferência, mas foi interessante. Sempre tive uma curiosidade muito ampla, não sou uma pessoa super-especializada.

No ensino da pré-história, usava-se naquela época Louis Baudin, *L'empire socialiste des Inca*, Canals Frau, Krickberg, Vaillant, Morley. Também os *handbooks* do Smithsonian Institute – *Handbook of South American Indians*, ou *of North American Indians* etc. Houve também uma publicação da OEA que fez muita sensação na época, *Civilizações de irrigação*. Ainda o livro do Saignes, que é muito interessante. Nesse ponto, auxiliaram a minha formação os estudos no México, Peru e Bolívia.

Mas eu também dei aulas, depois, sobre o período colonial e o processo de independência. Ministrei ainda cursos especializados, por exemplo, sobre reforma agrária na América Latina, revoluções na América Latina etc.

– *Sua carreira de professora universitária foi interrompida de forma traumática após a Revolução de 64. Como foi esse processo?*

– Algum tempo depois da chamada revolução, em 1968, houve uma divisão da antiga Faculdade Nacional de Filosofia em várias escolas e institutos. Passei então a dar aulas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, o IFCS, que absorveu o curso de história da antiga FNFi. O IFCS se incorporou a uma instituição já existente, o Instituto de Ciências Sociais, que era dirigido pelo Evaristo de Moraes Filho e só fazia pesquisas. Estava instalado numa casa muito bonita, antiga, na rua Marquês de Olinda, em Botafogo. Com a incorporação, aquele tornou-se um lugar de debates, que ficou muito focalizado pois além do pessoal da casa, pessoas de outros núcleos da universidade iam para lá discutir. Era um lugar de grande agitação intelectual.

Na época debatia-se muito a reforma universitária, que foi objeto de discussão em todo o país, porque pensou-se em fazê-la a partir de consultas, e não de uma decisão de cúpula. Eu participei muito desse trabalho, fui membro da comissão de reforma, cuja parte técnica deveria ficar a cargo do professor Jorge Kafury, especialista em planejamento. Na fase inicial foram feitas consultas ao corpo docente, ao corpo discente, ao corpo administrativo, a pessoas da sociedade em geral. A idéia era fazer uma reforma mais liberal, diferente das reformas passadas.

Tanto o professor Evaristo de Moraes Filho como a professora Marina São Paulo Vasconcelos, que o sucedeu na direção do IFCS, eram adeptos da reforma universitária. Mas também havia muitos grupos contrários. A reforma iria contrariar muitos interesses consolidados, pois preconizava a abolição do governo centralizado da universidade. Quer dizer, era contra a existência de um reitor de poder unipessoal e favorável à sua substituição por um conselho formado pelos deanos dos centros responsáveis por cada área de conhecimento. Cada centro teria também uma câmara de estudos brasileiros, para estimular

a comunicação da universidade com a sociedade. Esse debate era muito importante, pois a universidade estava tomando consciência da necessidade de se projetar na sociedade, de executar projetos adequados a ela, de apoiar o seu desenvolvimento. O que se pretendia era fugir da torre de marfim, voltar a universidade para o bem da sociedade.

O problema é que muita gente não estava interessada nisso. Havia um poder instalado, havia institutos que tinham mais votos que outros. Tudo isso ia ser mexido, provocando um conflito dentro da própria universidade. Marina São Paulo Vasconcelos ficou catalogada como uma pessoa subversiva, alguém que estava rompendo com a hierarquia, porque dentro da reforma que nós defendíamos havia também a idéia de destruir o poder da cátedra e dar o poder ao departamento. Muita gente estava encastelada na cátedra e não queria que ela se dissolvesse. Muitos queriam ser reitor e não desejavam que o poder desse cargo fosse destruído. Havia muitos interesses em jogo, e criou-se um antagonismo contra o IFCS.

Outro fator é que o Instituto de Ciências Sociais, precursor do IFCS, tinha uma tradição de pesquisa muito rica, que causava inveja. O antigo Instituto de Ciências Sociais foi o primeiro no Rio de Janeiro a fazer pesquisa institucionalizada nessa área de conhecimento. Antes dele, durante muito tempo, só se realizavam pesquisas individuais. E as pesquisas do IFCS também começaram a ser consideradas subversivas. Marina São Paulo Vasconcelos desenvolvia uma pesquisa sobre as religiões afro-brasileiras, Stella Amorim outra sobre os militares e a burocracia. Esses temas começaram a ser rejeitados pelo governo.

– *Qual foi o papel de Eremildo Viana nesse momento?*

– Quando a Faculdade de Filosofia foi dividida em vários institutos, Eremildo, que tinha o monopólio do poder lá dentro há muito tempo, perdeu esse poder. Na antiga faculdade o poder dele era muito grande, pois havia muita manipulação. Se um professor não queria fazer concurso, por exemplo, com receio de perder para alguém de fora, Eremildo adiava, não realizava o concurso, garantindo o voto dessa pessoa na sua eleição para diretor. Esse fato era muito comum, porque a congregação da Filosofia tinha sido constituída inicialmente por professores nomeados, e não concursados. Eu, por exemplo, entrei como auxiliar de ensino e fiz provas para doutor e livre docente e concurso para titular ou catedrática. Foi uma luta para marcar o concurso para a cátedra. E mesmo tendo conseguido, eu era a favor da derrubada do monopólio do catedrático.

Mas ainda antes da divisão da Filosofia, logo depois de 64, a universidade ficou muito visada, e Eremildo fez uma série de denúncias. Quando afinal abriram um inquérito, o general encarregado acabou ficando contra o Eremildo, achando que ele era um intrigante, uma pessoa de caráter no mínimo leviano. Ele denunciou a existência de células comunistas, haveria – imaginem que coisa ridícula! – uma Célula Anchieta na FNFi. Eremildo denunciou como conspiradores comunistas Manuel Maurício de Albuquerque, José Américo Pessanha, Maria Yedda Linhares, Evaristo de Moraes Filho, Marina São Paulo Vasconcelos e a mim, entre outros. Nessa época, quem estava como reitor era um indivíduo que teve muito pouca fibra. Também o cortei de tal maneira que esqueço o nome dele. Fui procurá-lo pessoalmente para dizer que havia um clima de denúncia, que assim não era possível trabalhar etc. Ele declarou que ia defender a pesquisa e a liberdade de pensamento até a morte. Talvez até tivesse essa intenção, mas na hora se acovardou. Lá no IFCS também houve

outra pessoa que fez denúncias infundadas, mas aí contra os alunos: Lucy Abreu da Rocha Freire, professora de geografia.

– *Como estavam se portando os alunos do IFCS?*

– Os alunos estavam participando. Começamos a fazer reformas curriculares, cursos integrados com vários professores, cursos de história comparativa. O professor Werneck e eu íamos dar um curso juntos sobre Brasil e América Latina, ele estava entusiasmado. Mas nesse momento houve a ameaça de intervenção. Marina, que era a diretora, me telefonou no meio da noite dizendo que tinha sido informada de que ia haver uma invasão no IFCS. Queria que eu e Bruno, meu marido, fôssemos até lá com ela. Fomos, e Gilberto Velho também compareceu. Era só poder moral, porque se viesse o Exército, contra nós quatro, seríamos o exército de Brancalione. Mas quando chegamos, eles já tinham invadido, arrombado tudo. Nós também já tínhamos escondido as coisas antes.

– *Que coisas?*

– Nós já estávamos na suspeita de que haveria uma invasão, e como os alunos eram os mais visados, considerados altamente subversivos, tiramos as fichas da associação deles, com endereços, telefones e tudo, que iam servir direitinho para a polícia prender aquela gente toda. Arrombamos os armários deles e tiramos todo o material que mesmo que não fosse, pudessem ser considerado subversivo.

Marina até ficou com um complexo: “Arrombar porta! Nunca fiz isso na vida!” Depois houve aquela bomba no Instituto, que dizem que foi do Parasar, mas não posso afirmar. Mas não foi uma bomba caseira, ficou uma cratera no jardim, as janelas e portas explodiram.

– *Foi em meio a esse clima que você foi presa?*

– Não, quando fui presa já tinha sido expulsa da universidade. Aposentadoria compulsória. Foi uma leva grande de pessoas. Eles tiveram uma tal pressa de aposentar que aposentaram inclusive quem não tinha cargo público, como Caio Prado. Fui presa por ocasião da visita do Rockefeller ao Brasil em 69. Foi uma “operação gaiola”, como eles chamaram. Prenderam todo mundo que não queriam que falasse com o Rockefeller. E contrataram pessoas para fazer manifestação a favor, mediante pagamento. Entre os que reivindicaram minha soltura estavam justamente os adidos cultural e militar dos Estados Unidos, porque eles tinham convidado várias pessoas para ir conversar com o Rockefeller, e eu estava entre os convidados. Fiquei presa uma semana.

– *Como foi essa experiência?*

– Foi uma tentativa de intimidação. Chegaram à minha casa de madrugada três pessoas armadas, duas permaneceram na porta e a terceira entrou. Eles não quiseram dizer de onde vinham, mas também não sabiam quem eu era. Me perguntaram, e eu respondi: “Não digo quem sou enquanto vocês não disserem quem são. Vocês estão uniformizados, mas podem ter assaltado um quartel, roubado as fardas. Não têm um documento, uma ordem de vistoria ou de prisão, nada. Quero saber quem são vocês.” Eu queria realmente descobrir a origem deles, porque era sabido na época que quando não se sabia quem prendia uma pessoa, havia um risco muito grande. Já se a pessoa soubesse para onde ia, havia um certo receio, por parte das autoridades, de passar da conta. Eu então telefonei para o meu cunhado, que era almirante, na época cogitado para ministro, e eles acabaram se

identificando. Eram da 8<sup>a</sup> Artilharia da Costa, no Leblon.

Chegando lá, me levaram para uma sala junto do gabinete do comandante, que diga-se a verdade, estava extremamente constrangido. Eu disse: “Olha, – eu estava com uma raiva! – o Exército, que combateu a caça aos escravos, que proclamou a República, vem agora prender cidadãos que não estão armados, não estão organizados em nenhum movimento, não estão alterando a ordem pública! O Exército, que tem tradições gloriosas, está agora reduzido a isso!” O comandante ficou desesperado: “Não, nós não somos policiais...” Até inverteu um pouco a situação, porque ele ficou se defendendo, e eu atacando.

Foi nessa época que eu comecei a escrever a minha história da América Latina. Porque é horrível ficar presa, principalmente numa situação de arbitrariedade total, desconhecendo o seu destino. Eu ia ficar uma semana, um mês, um ano, três anos? Era uma insegurança total. Eu perguntava todo dia qual era a acusação contra mim. Isso constrangia o comandante enormemente. Até o último dia não apareceu a acusação! Outra coisa que achei impressionante foi ele me ter dito, diante de um mapa da cidade: “Se você morasse mais para cá, Humaitá, por aí, teria tido um destino horrível. Teria ido para outra unidade muito pior. Você teve sorte.” Quer dizer, eu estava ao sabor de uma fronteira arbitrária entre a jurisdição de uma unidade e outra. Ainda tinha que agradecer!

– *Você saiu da prisão com a idéia de sair do país?*

– Não. Durante 12 anos eu fui todo ano aos Estados Unidos para ensinar. Estive em tudo quanto é universidade americana, mas ia e voltava. Depois que saí do IFCS consegui verba da Ford Foundation e do Social Science Research Council para pesquisaraqui mesmo, sobre o Rio de Janeiro.

Aliás, a Ford abriu uma exceção para mim. Pela primeira vez eles deram verba a uma pessoa não filiada a uma instituição. Quando acabaram esses auxílios, continuei trabalhando graças à Bárbara Levy, que tinha criado um centro de pesquisa no IBMEC e me levou para lá. Bárbara é uma pessoa maravilhosa. Mas eu gosto muito de mencionar o João Régis dos Santos, que também é fora do comum. Ele não tinha nenhuma ligação com história, não tinha uma amizade prévia comigo, e apenas por uma questão de princípio assumiu a responsabilidade de me contratar. Naquela época, uma pessoa como Artur César Ferreira Reis, por exemplo, me negou cumprimento. Era o ostracismo total. Quando eu saí da universidade, um único professor protestou: Lauro Solero, professor de farmacologia da Faculdade de Medicina.

– *O que aconteceu com o Departamento de História da UFRJ depois que você e tantos outros foram expulsos do IFCS?*

– Ficou bastante enfraquecido, não só o Departamento de História, mas os Departamentos de Antropologia, de Filosofia. O que aconteceu foi que não havia pessoas disponíveis para substituir os que saíram. Houve um declínio de qualidade, que se reflete inclusive num catálogo publicado pela universidade. Lá você vê que durante todo o período da ditadura foram feitas três pesquisas no Departamento de História. Três pesquisas mínimas, monográficas. Se você compara essa produção com o período anterior, com Luciano Martins trabalhando, Stella Amorim, Maurício Vinhas de Queiroz, Yedda, eu e muitos outros, fica claro que a atividade era muito maior. O obscurantismo foi tal que a biblioteca foi fechada! Quando voltei para o IFCS, com a anistia, a primeira coisa que fiz foi lutar pela biblioteca. Abrimos uma câmara escura no quarto andar, onde estavam os livros empacotados, e trouxemos tudo para

fora em carrinhos de mão emprestados da seção de obras do prédio. Hoje a biblioteca está de bom nível.

O que aconteceu foi que nos anos 70 Eremildo voltou ao poder no IFCS. E ele, que queria tanto aquele poder ridículo, o que fez com o poder? Podia ter havido pesquisa, do tipo conservador, que fosse, mas não houve. A biblioteca foi enclausurada! O que se pode dizer disso? Foi um declínio horrível. Os professores também foram escolhidos pessoalmente por ele, sem um processo de seleção. Não estou dizendo que muitos não sejam bons, mas o critério foi ruim.

*– Antes de voltar para o IFCS você também deu aulas na UFF.*

– Dei. E há uma coisa a destacar: durante esse período da ditadura, a Aidyl Pries conseguiu manter razoavelmente bem, apesar das dificuldades, a pós-graduação na UFF. Ela tem um grande mérito, porque não permitiu que acontecesse lá o que aconteceu na UFRJ. O Departamento de História da UFF recebeu inclusive professores estrangeiros, como Richard Graham, Stanley Hilton, Steven Toppick. Embora nem tudo tenha sido sempre ameno, eles conseguiram sobreviver. Já no IFCS a intenção foi arrasar.

*– Como foi a sua volta ao IFCS?*

– Foi constrangedora, aflitiva. Não houve uma satisfação, uma euforia. Entramos lá, eu, Darcy Ribeiro, mais um grupo, e aquilo era tão triste, cadeiras quebradas, tudo sujo. Aquele prédio do Largo de São Francisco é bonito, mas estava sinistro, sujo de pombo, maltratado, esfacelado. Foi muito triste. O diretor queria que a seção da congregação fosse fechada, estava com medo de manifestações. Os alunos forçaram, entraram na sala, e ele ficou apavora-

do. Dá um mal-estar ver uma pessoa com tanto medo.

A primeira coisa que fiz lá, como já contei, foi mexer na biblioteca. Depois consegui uns caminhões do Fundão para levar os móveis velhos para consertar no Centro das Ciências de Saúde. Ninguém queria dar um tostão de verba para o IFCS, de modo que mandei arrumar o que tinha, de quatro cadeiras fazia-se uma. Depois conseguimos tinta, pintamos as paredes. No princípio foi um trabalho braçal. Voltei a dar aula, não mais especificamente sobre história da América, mas sobre vários assuntos: operariado, história das cidades, vários temas que abrangiam o Brasil e a América Latina.

*– A partir dos anos 80 observa-se na América Latina um interesse crescente por temas como sexualidade, religiosidade etc., próprios do que se convencionou chamar de “nova história”. Essa tendência vem desalojar uma tradição anterior, de se discutir apenas a questão do subdesenvolvimento, da dependência, a partir de modelos e pouca pesquisa. Qual a sua opinião sobre isso?*

– A teoria da dependência, quando surgiu, ajudou a compreender o mundo da época. A tese dos choques adversos, a tese da dependência, a questão da modernização foram tentativas de explicação geral, a partir de modelos e tipologias. Foi um momento importante, porque o que havia antes era uma massa enorme de trabalhos empíricos, e o que se fez foram tentativas de grandes interpretações. Não posso deixar de dar valor a esses esforços, mas hoje acho também que a teoria da dependência já se esgotou, que devemos partir para outras abordagens, outras teses interpretativas. Acho válido entrar pelo campo do cotidiano, das idéias, mas também penso que corremos o risco, devido ao exagero inicial, de ficar com poucas pessoas dedicadas à história econômica.

Tivemos durante muito tempo uma fase de história política, empiricista, dominante. Depois veio uma fase de predomínio da história econômica, com os *Annales*, que durou alguns decênios – essa ênfase na economia existiu independentemente de a abordagem ser marxista ou não. Agora temos a história das idéias, do cotidiano etc. Não podemos correr o risco de daqui a pouco não termos quem ensina história da industrialização... Minha opinião é que as abordagens não devem ser excludentes. A sexualidade, por exemplo, é um assunto muito importante, mas não podemos deixar de estudar em que economia, em que sociedade, as pessoas viveram com sua sexualidade. Vejo que lá na UFF a área de história urbana e industrialização diminuiu sensivelmente, enquanto a área de idéias não pára de crescer.

– *Outra questão interessante, neste ano de comemoração do V Centenário do Descobrimento da América, é o debate sobre a oportunidade dessa comemoração e sobre o próprio termo “descobrimento”. O que você tem a dizer sobre isso?*

– Talvez pudéssemos tirar da palavra comemoração o aspecto festivo, de celebração. Mas guardar a data é importante, porque é um marco histórico, que significou uma profunda transformação na humanidade. Talvez a descoberta da América seja tão importante quanto a descoberta do fogo, ou o início da agricultura, ou a sedentarização, pois ela mudou o mundo. Dizer que se deve esquecer a data seria fazer como Rui Barbosa, que mandou queimar documentos sobre escravos para fingir que não houve escravidão. Um fato, mesmo que tenha lados negativos, pode ser importantíssimo. Não omitir não significa glorificar os atos de violência. Acho que uma data como essa abre também a oportunidade de se pesquisar, de se publicar. Por causa da comemoração do 13 de maio, em 88, que foi conde-

nada por muitos grupos étnicos afro-brasileiros, pesquisas foram feitas e publicadas, catalogaram-se as fontes sobre escravos. E esse trabalho foi muito importante.

– *Recentemente os jornais noticiaram um golpe fracassado na Venezuela, um golpe bem-sucedido no Peru. Como você vê a América Latina hoje? A ditadura é o nosso fantasma?*

– Até certo ponto, sim. Esquemáticamente, depois da Independência tivemos todo um período de governo das oligarquias, de caudilhismo e caciquismo, em que a participação popular era limitada. As revoltas populares foram derrotadas, exceto a mexicana, que se transformou no decorrer do tempo, e a cubana. No período do populismo, apesar de todos os seus defeitos, a participação popular ampliou-se, porém só funcionava de forma positiva quando a situação econômica foi favorável, permitindo a barganha. Novas forças surgiram e se organizaram, como a dos operários, dos trabalhadores urbanos e rurais.

Mas o caminho da democracia via populismo é muito difícil, porque ele obrigatoriamente não pode fazer o que promete, tem uma limitação. Essa limitação, esse descontentamento que o populismo traz embutido ficou patente a partir dos anos 50/60 com uma série de guerrilhas inspiradas na teoria do foco, tentativas de reforma agrária, de transformações estruturais. A não ser no caso de Cuba, nada disso frutificou. As reformas não foram às últimas conseqüências, nem no México, nem na Bolívia, nem no Peru, nem no Brasil, nem no Chile – aí houve até devolução de terras. Chegou um momento em que se viu que, sem transformações econômicas, políticas e sociais profundas, havia um limite para se fazer a reforma agrária. Quer dizer, as reformas estruturais básicas não podiam ser feitas através de guerrilhas, de foquismo, de populismo.

A resposta a isso veio através do militarismo e da modernização. Mas essa resposta também não conduziu a nenhuma solução, pois ao final de uma longa etapa, a que resultados chegamos? Agravamento das diferenças de renda por região e por classe, aumento do desemprego, analfabetismo ainda muito vasto. Agora vem o liberalismo, fazendo uma espécie de marketing do mercado livre, pregando a venda das estatais. Há muita ilusão nisso. Como já se disse, em muitos casos estamos vendendo as estatais por um "dinheiro podre". Até que ponto a venda das estatais é uma autêntica privatização? E não estou falando só do Brasil, mas do México também. É uma privatização *sui generis*, que não é plena. É um mercado livre em que o governo continua determinando preços, fazendo acordos, como no caso do automóvel no Brasil. Embora o mercado livre absoluto não exista, no caso da América Latina ele é relativo demais. Tudo isso mostra que também essa experiência liberal fica a meio caminho, não é um teste pleno das teorias liberais. Mesmo na Argentina, onde a imposição do mercado livre está sendo muito mais drástica do que no Brasil, na Venezuela ou no México, não há resultados assegurados. Vimos os "carapintadas", várias tentativas de golpe. Quer dizer, mesmo um governo eleito é algo extremamente precário.

– *Precário, e o que é pior, desmoralizado. Houve na América Latina em geral uma desmoralização do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.*

– E com razão.

– *E o resultado é que depois de uma onda democratizante, surgem aqui e ali indícios inquietadores.*

– *É, a onda democratizante não se consolidou. No caso do Peru, os militares estão apoiando o governo, mas também não se*

trata de uma ditadura militar típica, porque eles têm apoio popular. É mais o caso de um ditador que quer impor ordem, disciplina.

– *Os grandes pretextos desse novo autoritarismo são as guerrilhas e o tráfico de drogas.*

– Sim. Mas a guerrilha está perturbando a ordem social em todas as regiões, não está mais restrita a uma região só. E quanto às drogas, é muito difícil. Como é que você vai fazer para que a população do Peru, da Bolívia, da Colômbia pare de plantar aquilo que rende para plantar o que rende menos? É difícil. Na Tailândia, em outros lugares onde se planta coca há mais tempo, também não se conseguiu erradicar. Não sei traçar uma perspectiva futura para esses problemas.

Acho que a CEPAL, por exemplo, com todas as suas teorias, via como solução para a América Latina a industrialização. A industrialização traria a urbanização, a modernização e, como última consequência, a transformação do campo. Esse seria o grande caminho de redenção da América Latina. Os problemas sociais seriam resolvidos pela industrialização, que absorveria a mão-de-obra e promoveria a ligação campo-cidade. Hoje temos consciência de que esta visão era distorcida, unilateral. O campo se transformou muito, mas não acompanhou a cidade, ao menos como regra geral. Até pode ter acontecido localmente, em alguns momentos, mas não no conjunto da América Latina. E eu acho que hoje é preciso buscar uma solução para o campo. Se não conseguirmos mudar as estruturas rurais, as relações de trabalho no campo e a relação campo-cidade, não iremos resolver nossos problemas. Temos que perder aquele vezo da CEPAL, de que a industrialização resolve tudo, até o Estado. Não podemos pensar mais assim, temos que pensar integradamente. Em todo esse *puzzle*, a transformação do campo é fundamental.